

Copyright (c) 2016 Linhas Críticas



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License. Fonte: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2889>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Referência

MORAES, Raquel de Almeida. Banco Mundial, formação de professores e informática na educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 99-112, 2001. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v7i12.2889>. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2889>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Banco Mundial, formação de professores e informática na educação

World Bank, teachers' formation and computer in the education

*Raquel de Almeida Moraes**

Resumo

O artigo apresenta dados iniciais da pesquisa efetuada sobre: Banco Mundial (BIRD), formação de professores e informática na educação no período 1998-1999. A pesquisa propõe-se a investigar as seguintes questões: Quais são os projetos desenvolvidos em informática na educação que o BIRD financiou e/ou está financiando? Quando e por que os tem financiado? O que a equipe que está recebendo o financiamento conseguiu/está conseguindo como resultados? Que dificuldades tem encontrado? E resistências (dos professores, da equipe, da comunidade)? O artigo destaca o andamento de uma experiência em particular: o PROFORMAÇÃO, Programa de Formação de Professores em Exercício, o qual é financiado pelo FUNDESCOLA, Fundo de Desenvolvimento da Escola, com recursos provenientes do FUNDEF e do BIRD. Ele combina tecnologia de educação à distância com partes presenciais em que os participantes têm aulas nas agências formadoras – em geral, escolas normais – e são acompanhados por tutores do programa, estudam em livros especiais e assistem à TV Escola. Apesar da existência de tecnologias mais modernas como a Internet, os organizadores julgam que ainda é prematuro o uso da educação à distância via telemática. Ao final, o artigo questiona o modo como a informática é tratada na gestão, a qual poderá estar sendo utilizada para administrar o ensino no sentido de uniformizar procedimentos e controlar o fluxo das informações para facilitar o gerenciamento do BIRD numa região que é geopoliticamente estratégica e de segurança nacional.

Palavras-Chave: Novas tecnologias e educação. Política e formação de professores. Informática na educação. Financiamento da educação. Banco Mundial. Proformação.

* Doutora. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: rachcl@unb.br

Abstract

This paper shows the initial data based on research done by us about BIRD, teacher's formation and Informatics in the Education from year 1998 to 1999. This research has the aim to investigate the following questions: What projects have been getting BIRD's financial support? What did the supported team achieved? What are their difficulties? Are they getting any opposition from the community or the teachers? The paper underlines a specific experiment: "PROFORMAÇÃO", that has also financial's support from the FUNDESCOLA, FNDE and FUNDEF. PROFORMAÇÃO works with the distance learning to improve fundamental teaching, using the Informatics as an administration basis and Radio and Television as pedagogical resources. The article conclude with a reflexion about the possibility of this program can be used to manage Brazilian Education in order to unify procedures with the goal to control information in a strategic and national security region.

Key words: New technologies and education. Politics and teachers' formation. Computer in the education. Education's financial support. World Bank. "Proformação".

Introdução

O presente artigo é o resultado de um projeto de pesquisa ora em andamento, que estuda a relação do BIRD (Banco Mundial) com a formação do professor e a informática na educação no Brasil. Por sua vez, este projeto está interligado a uma outra pesquisa, coordenada por Marília Fonseca, que tratará de investigar o tema: "A proposta internacional para a qualidade do ensino: definindo o papel do professor".

Nesta pesquisa, temos como objetivo geral investigar a relação entre o BIRD, a formação dos professores e a informática na educação. E como objetivo específico apreender o sentido geral dessa relação: sua dinâmica interna, sua lógica, sua ideologia, seus resultados, suas resistências. Este artigo relata o estado da pesquisa por nós conduzida no período de agosto de 1998 a agosto de 1999 e é subdividido em três tópicos. No primeiro, apresenta o referencial teórico por nós utilizado. No segundo, registra os dados obtidos por meio de pesquisa na Internet, sobretudo no site do FUNDESCOLA, que atualmente não tem mais as informações coletadas na época do presente trabalho, quando se denominava Projeto Nordeste. No terceiro, tece algumas análises (iniciais) acerca das questões que nos propusemos a investigar.

Referenciais teóricos

Com o ocaso do socialismo real no final da década de oitenta, a globalização se intensifica e o Estado nacional deixa de ser relativamente soberano e autônomo. A esse respeito, Otávio Ianni¹ assinala que, desde as grandes navegações iniciadas no século XV até este fim de século, o capitalismo passou pelas fases do mercantilismo, a acumulação originária, o absolutismo, o despotismo esclarecido, as revoluções burguesas, os imperialismos, as revoluções de independência, as revoluções socialistas, o terceiromundismo e a globalização atual em marcha nesta altura da história.

O que difere cada uma dessas fases, histórica e geograficamente, é o *caráter do jogo das forças no mercado mundial*. Assim, até meados do século XIX, predominava a nação capitalista mais desenvolvida (ou as mais desenvolvidas). Depois, até a I Guerra Mundial, predominaram os imperialismos ou sistemas mundiais articulados, a partir das nações ou metrópoles como Londres, Paris, Berlim, Bruxelas, Amsterdam, Roma, New York, Tóquio. Com a crise dos imperialismos e a II Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como potência mundial. Durante a Guerra Fria, desde 1946 a 1989, Estados Unidos e União Soviética sintetizaram a oposição entre capitalismo e socialismo, ...”*dando a impressão de que coordenavam Estados nacionais e regimes políticos*” (Ianni, 1995, p. 56). Entretanto, o capitalismo, enquanto “*modo de produção material e espiritual, simultaneamente nacional e internacional, um processo civilizatório universal, que continuamente revoluciona as condições de vida e trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades*”, tem na crise do Leste Europeu ou Bloco Soviético a sua maior propagação. Como analisa Ianni:

“A globalização que se acha em curso nesta altura da história apresenta características muito especiais. Primeiro, a energia nuclear tornou-se a mais poderosa técnica de guerra; inicialmente mobilizada pelas grandes potências, mas, em seguida, já disponível nas mãos de dirigentes de nações de segundo e terceiro escalão. Segundo, a revolução informática baseada nas conquistas da eletrônica coloca nas mãos dos donos do poder – outra vez dos países dominantes, mas também de outros secundários – uma capacidade excepcional de formar e informar, induzir e seduzir, talvez jamais alcançada anteriormente na mesma escala. Terceiro, organiza-se um sistema financeiro internacional, em conformidade com as exigências da economia capitalista mundial e de acordo com as determinações dos países dominantes, tais como os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha, bem como a Comunidade Econômica Européia, o Grupo dos sete e as

determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial. *Quarto, as relações econômicas mundiais, compreendendo a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, da tecnologia, da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial são amplamente influenciadas pelas exigências das empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais, planetários. Quinto, a reprodução ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização de capitais, universaliza-se na realidade em nova escala, com novo ímpeto, recriando relações nos quatro cantos do mundo, pressionando as nações socialistas, influenciando, bloqueando ou rompendo os seus sistemas econômicos. Sexto, o inglês se transforma na língua universal, uma espécie de língua franca, por meio da qual se articulam e expressam indivíduos, grupos e classes, em países dominantes e dependentes, centrais e periféricos, tribais e clânicos, oligárquicos e democráticos, capitalistas e socialistas, em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Sétimo, o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão do mundo. Todas essas características da globalização, configurando a sociedade universal como uma forma de sociedade civil mundial, promovem o deslocamento das coisas, indivíduos e idéias, o desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada”* (Ianni, 1995, p. 58 – grifo nosso).

E como bem detectou Cleveland (1978, p. 223) ao final dos anos setenta:

“O poder escapa dos governos e Estados nacionais em três direções: para as coletividades locais que preferem agir à sua discricção; para as empresas particulares que estão em condições de conduzir uma ação mais rápida e flexível do que os poderes públicos; e para os organismos internacionais que devem tentar administrar, de qualquer maneira, as novas tecnologias que transcendem as jurisdições nacionais. Em suma, as instituições governamentais são os vestígios de uma era para a qual elas foram concebidas – uma era de crescimento cego durante a qual as múltiplas e diversas formas de crescimento eram independentes umas das outras”.

Parece que Saviani (1992) tinha razão quando sinalizou que nossa época substituiria o *cogito* de Descartes : “Penso, logo existo”, pelo “Digito, logo existo”, tornando o computador um fetiche. A atividade pensante, esclarecedora da razão e da consciência, parece não ser desejável para a sociedade globalizada com sua razão instrumental, agora também eletrônica. Até quando os intelectuais e educadores críticos conseguirão resistir e propor superações?

Como salienta Chesneaux (1995): “A mídia, a informação, a comunicação se tornaram entidades fetiche que invadem o campo cultural, ao mesmo tempo em que contribuem para a *erosão da sociedade política*. A mídia não é um simples retransmissor, intermediário útil, mas ator cioso de seu estatuto de “quarto poder”, subsistema, antes de tudo preocupado com a sua auto-valorização. *A comunicação não é mais uma relação capaz de aumentar as trocas entre os membros de uma coletividade, mas uma categoria em si, quase um ser dotado de razão, do qual se glorifica o desempenho e se escondem as faltas*. A informação não é mais uma caminhada, ao mesmo tempo mental e social, de acesso ao conhecimento, mas se identifica com o próprio conhecimento, convenientemente decomposto em micro-dados “programáveis” e “tratáveis”, segundo os procedimentos puramente maquinais. Digite 36-15, diz-se aos assinantes do Minitel francês, e o coelho sairá do chapéu” (grifo nosso).

Ou ainda como analisam Adorno e Horkheimer (1985, p. 114): “O terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si mesma”.

Quanto ao uso das tecnologias na educação, concordamos aqui com Douglas Kellner (2001) ao levantar o caráter contraditório das tecnologias: “Como a maioria das tecnologias, estas podem ser usadas como instrumentos de domínio ou de emancipação, podem fortalecer os trabalhadores ou podem ser usadas pelo capital como poderosos instrumentos de dominação.”

Assim, sua realidade enquanto integrante das mais avançadas forças de produção cria uma nova sociedade capitalista global, a qual pode reforçar as relações capitalistas de produção e hegemonia. Mas, ao mesmo tempo, contraditoriamente, essas tecnologias também contêm potencial para democratizar, humanizar e transformar as desigualdades existentes no domínio de classe, raça e gênero.

Isto posto, no que se refere à relação entre o BIRD, a formação de professores e a informática na educação, procuraremos responder às seguintes questões:

1. Quais são os projetos desenvolvidos em informática na educação que o BIRD financiou e/ou está financiando?
2. Quando e por que os tem financiado?
3. O que a equipe que está recebendo o financiamento conseguiu/está conseguindo como resultados?
4. Que dificuldades tem encontrado? E resistências (dos professores, da equipe, da comunidade)?

Coleta de dados

Em pesquisa realizada pelo UNICEF em 1995,¹ para efetuar o diagnóstico da região nordestina, foram traçadas as características e os entraves dos sistemas educativos dos estados do Nordeste, chegando-se à conclusão de que o problema de melhoria do sistema educativo é, antes de mais nada, um problema político.

Segundo David Plank, em resenha que analisa o fracasso do projeto EDURURAL (Nordeste I)... “o projeto foi bem-sucedido em seu objetivo principal, que foi o de transferir R\$ 92 milhões para as mãos de políticos e funcionários públicos do Nordeste” (Tommasi, 1998, p. 216).

Outra questão levantada no documento do UNICEF é a extrema dependência dos estados do Nordeste dos recursos da União, para implementar reformas no sistema educativo. Os recursos são para custear quase que integralmente a folha de pagamento, e os provenientes da União se diluem em uma série de fontes, quando não são previamente estabelecidos.

No acordo do empréstimo para o Projeto Nordeste, definiu-se que os objetivos do mesmo são: “...aumentar a aprendizagem estudantil, reduzir a repetência e a evasão e aumentar os índices de conclusão nos estados participantes, através da melhoria da qualidade no ensino básico estadual e municipal e na eficiência do gerenciamento educacional” (Tommasi, 1998, p. 217).

Segundo Livia de Tommasi (1998, p. 217), os critérios de seleção estabelecidos foram:

1. A qualidade e o caráter inovador dos projetos apresentados pelos estados;
2. O compromisso dos estados em implementar as reformas assinaladas na educação.

Os estados que ganharam a primeira “corrida” foram incluídos no projeto Nordeste II. Os demais, no Nordeste III.

Livia de Tommasi argumenta que o que está em questão é a cultura política para acabar com as formas de clientelismo e corrupção na administração; não é ... “através de medidas que incidem sobre a eficiência técnica da gestão (por exemplo a informatização) que se resolvem problemas políticos...” Ademais, o projeto não faz senão reforçar ainda mais os laços de dependência do Nordeste à União, conferindo o poder ao MEC.

Em 1997, houve a criação do Fundo de Fortalecimento Escolar - FUNDESCOLA, – através do investimento conjunto com o FNDE (Salário Educação) de R\$ 1,3 bilhões. A Comissão de Financiamento Externo (COFIEEX) do Ministério do Planejamento analisou a carta-consulta elaborada pelo MEC para o estabelecimento do Fundo de Fortalecimento Escolar, o

FUNDESCOLA. O documento descreve como deveria ser o funcionamento do Fundo destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O novo Fundo financeira para estados e municípios a construção e ampliação de escolas; a aquisição de mobiliário, microcomputadores, livros didáticos e outros materiais de ensino e aprendizagem; a capacitação de recursos humanos; a gestão das Secretarias de Educação e das escolas; e projetos especiais, voltados ao atendimento de populações específicas, tais como indígenas, residentes em assentamentos e áreas de fronteira. As escolas de 1ª a 8ª série também poderiam receber diretamente recursos para reformas.

Em março de 1999, houve um acordo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial para a segunda etapa, denominada FUNDESCOLA II, no valor de R\$ 400 milhões. Com previsão para assinatura em julho deste mesmo ano, o empréstimo iria beneficiar as capitais nordestinas e das regiões Norte e Centro-Oeste; o programa, além de atender as capitais, seria expandido para os segundos maiores centros urbanos.

Segundo a matéria, no FUNDESCOLA II, o desenvolvimento institucional das Secretarias de Educação e a mobilização da comunidade em torno da escola ganhavam mais atenção e mais dinheiro. (...) “As mudanças foram feitas de olho no futuro e na sobrevivência da cultura do planejamento e da participação na escola, mesmo depois que o FUNDESCOLA terminar” (Castells, 1999, p. 81).

As novas escolas financiadas pelo projeto também teriam sua construção iniciada nessa segunda etapa. No FUNDESCOLA foi feita toda a preparação, através do microplanejamento – que determina a necessidade de construção de novas salas de aula – e do desenvolvimento de um modelo arquitetônico padrão para cada estado. “Com o FUNDESCOLA I quisemos garantir a racionalidade nos gastos e a qualidade no produto final”, explica Antônio Augusto Neto, coordenador técnico do FUNDESCOLA.

Outras inovações pedagógicas, que apareciam na etapa anterior do FUNDESCOLA como projetos piloto, serão ampliadas para todas as escolas participantes. É o caso da Escola Ativa – metodologia especial para escolas rurais multisseriadas – que seria implantada em 2.000 estabelecimentos. Com base nas necessidades detectadas pela comunidade no PDE de cada escola, o projeto passaria a financiar treinamento e aperfeiçoamento dos professores. Por último, a Secretaria de Educação Fundamental do MEC desenvolveria, com recursos do FUNDESCOLA, mecanismos de avaliação para verificar o impacto dessas políticas nos municípios.

Em outro artigo do Boletim Técnico intitulado: “Técnicos discutem desempenho do Projeto”, os coordenadores do Projeto Nordeste das Secretarias

Estaduais de Educação, os técnicos do MEC e do Banco Mundial avaliaram durante o II Seminário o desempenho do Projeto (Tommasi, 1998, p. 217).

De acordo com as discussões, o Comunidade Solidária foi o programa federal que recebeu maior contribuição do Projeto Nordeste, com a reforma das salas de aula em todas as escolas que necessitavam ser recuperadas em todos os municípios assistidos na primeira fase do programa.

Segundo os técnicos reunidos, as ações dos componentes Gestão Educacional e Capacitação de Recursos Humanos têm favorecido a implantação de programas do MEC, tais como, o “Dinheiro na Escola” e a “TV Escola”.

As políticas estaduais de Educação para valorização do magistério, democratização da gestão escolar e expansão da rede de ensino foram beneficiadas pelos componentes Capacitação de Recursos Humanos, Gestão Educacional e Instalações Escolares. Os processos de ensino e aprendizagem foram beneficiados principalmente com a distribuição dos livros didáticos e dos títulos de leitura suplementar e com a recuperação das salas de aula.

Dentre os componentes do Projeto Nordeste, o que teve o melhor desempenho financeiro e de execução física foi a Capacitação de Recursos Humanos (72% das ações programadas). Instalações Escolares foi o que apresentou maior esforço de execução em comparação aos anos anteriores. Os Estados do Ceará, Piauí e Sergipe atingiram melhores índices em programação, liberação e certificação de despesas.

Quanto à formação dos professores, esse mesmo Boletim noticiou que no dia 22 de fevereiro foram iniciadas as aulas do Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO) no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com 1.400 inscritos, o programa iria habilitar, no nível de magistério, professores leigos da pré-escola, classes de alfabetização e de 1ª a 4ª série dos dois estados.

O curso do PROFORMAÇÃO combina tecnologia de educação à distância com partes presenciais. Os participantes terão aulas nas agências formadoras – em geral, escolas normais – e serão acompanhados por tutores do programa, estudarão em livros especiais e assistirão à TV Escola, que veiculará programas ligados aos temas estudados nos vídeos. Aos sábados, serão repassadas as fitas com todo o conteúdo estudado na quinzena.

O PROFORMAÇÃO teria duração de dois anos, com quatro módulos semestrais de 600 horas e currículo dividido em seis áreas temáticas. Os “professores-alunos” seriam avaliados de acordo com as atividades desenvolvidas. Cada participante faria um memorial, no qual escreveria sobre o que aprendeu, sendo avaliado periodicamente pelos tutores.

Modulos ↓	Áreas Temáticas					Eixos Integrados ↓	
	Linguagem e códigos	Identidade Soci- idade e Cultura	Matemática e Lógica	Vida e Natureza	Fundamentos da Educação		Organização da Trab. Escolar
1	Sistemas Simbólicos	Sociologia Filosofia Antropologia	Matemática I	Biologia Física Química I	Fundamen- tos Sócio Filosóficos	Educação Esco- lar Realidade Brasileira (Memorial)	
2	Língua Portuguesa I	História Geografia I	Matemática II		Psicologia Social	O Sistema Educativo Brasileiro	A Escola como Instituição Social (Memorial)
3	Língua Portuguesa II	História Geografia II		Biologia Física Química II	História da Educação	Didática	Organização do Ensino e do Trab.Escolar (Memorial)
4	Língua Portuguesa III		Matemática III	Biologia Física Química III	Psicologia Escolar	A Gestão da Classe	Teoria Prática Educativa e Especializada do Trab. Docente (Memorial)

Fragmento de texto de Michael Moore²

“Cento e dez docentes responsáveis pela execução do PROFORMAÇÃO nos dois estados foram treinados pelos especialistas e autores do material didático do primeiro módulo (veja quadro acima).

O PROFORMAÇÃO procura atender às novas exigências legais quanto à habilitação de professores. A lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) estabelece o ano de 2001 como prazo limite para que todo professor tenha, no mínimo, o magistério. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina que até 2007 todos os docentes brasileiros tenham curso superior, com formação específica em magistério, ou treinamento em serviço (Título IX: Disposições Transitórias, inciso IV, alínea 4).

Goiás e os estados da região Norte e Nordeste, também atendidos pelo FUNDESCOLA, iniciaram o PROFORMAÇÃO em julho, após o piloto no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Programa é coordenado pelo FUNDESCOLA e pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação.

Na avaliação do especialista inglês em ensino à distância e consultor do PROFORMAÇÃO, Michael Moore, um dos grandes méritos do PROFORMAÇÃO é possibilitar o aprendizado ligado ao cotidiano dos professores. ‘Todo processo de aprendizagem que relaciona o conhecimento adquirido com a realidade do aluno é mais proveitoso’, disse o especialista durante o lançamento do PROFORMAÇÃO, em Mato Grosso, em janeiro.

O fato de o professor poder estudar sem sair de sua rotina de trabalho ou precisar se deslocar para outra cidade foi apontado por Moore como crucial para o sucesso de projetos semelhantes no mundo todo.

O consultor também defendeu o uso exclusivo de textos e vídeos como instrumentos pedagógicos, apesar da existência de tecnologias mais modernas como a Internet. ‘Podemos incorporar os novos meios no futuro, mas enquanto não existir uma *rede forte e disponível eles permanecerão pouco eficazes*’, argumentou.

Moore ressaltou ainda o papel do instrutor no PROFORMAÇÃO. ‘Os tutores são os responsáveis por ajudar o aluno individualmente para que ele possa converter informação em conhecimento’.

O papel desses profissionais consiste, então, em observar e respeitar o ritmo e a bagagem trazida por cada aluno, dando o suporte necessário. Michael Moore classificou como boa a experiência das universidades brasileiras com a produção de materiais de ensino à distância. ‘A vontade política do Governo Federal em investir neste setor, criando uma rede nacional, também é um fator decisivo para que se alcancem bons resultados em programas como o PROFORMAÇÃO’, acrescentou.”

Quanto à informática, o seu uso neste momento está restrito ao apoio gerencial. O Sistema Integrado de Informações Gerenciais - SIIG, no período de abril de 1999, passou pelo processo de desenvolvimento dos seus 27 sistemas para as oito Secretarias de Educação do Nordeste, componentes do Projeto Coletivo.

Até junho de 1999, os 27 sistemas estariam disponíveis no ambiente de produção das Secretarias Estaduais de Educação do Nordeste: Alagoas, Piauí, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte.

A partir de julho de 1999, o SIIG entraria na fase de acompanhamento do uso efetivo dos sistemas e de acompanhamento da sua manutenção corretiva, além da conclusão da transferência de *know-how* para os técnicos de informática das Secretarias.

Segundo o mesmo Boletim Técnico: (...) “Computador sozinho não faz milagre. Mas um sistema de informatização pensado por muitos técnicos e

discutido em conjunto pode revolucionar rotinas de trabalho. Junte-se a isso treinamento para os usuários e um plano diretor que deixe claras as metas a serem atingidas com a introdução da informática”.

Um dos pontos importantes do projeto de desenvolvimento do sistema, segundo o Boletim, foi a preocupação de se criar, em cada secretaria, uma infra-estrutura de equipamento e pessoal compatível com as necessidades de cada estado: (...) “A estratégia funcionou. O controle político de muitos estados nordestinos mudou de mãos, mas o programa não precisou sofrer ajustes em função disso. ‘O processo foi altamente democrático e isso fez com que os funcionários vestissem a camisa do sistema’, observa Cristina Tavares.”

No total, foram investidos R\$ 36 milhões para o desenvolvimento do programa, compra de equipamentos e treinamento dos usuários. O desenvolvimento do sistema teve custo de R\$ 9,4 milhões, preço razoável considerando que o Ceará pagou R\$ 5,4 milhões somente para criar um programa para sua secretaria. A partir do segundo semestre, o sistema desenvolvido para o Nordeste estará disponível também para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Infra-estrutura	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
Servidores	03	17	09	06	07	10	09	04	09
Estações	90	420	180	194	77	60	70	40	210
Pontos Ativos	50	420	180	24	15	40	50	20	100
Servidores em Licitação	40	50	0	10	17	39	0	06	0
Estações em Licitação	165	230	0	0	114	0	0	260	0
Treinados em Office	200	3.000	300	450	256	350	120	300	150
Correio Eletrônico	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Acesso à Internet	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Equipes treinadas	20	10	30	22	15	10	08	08	26
Regionais Prontas	0	33	21	0	0	0	0	0	0

Análise preliminar

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU)² classificou o Projeto Nordeste do Ministério da Educação entre os melhores projetos financiados pelo Banco Mundial (BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). De acordo com o relatório aprovado pelo TCU em dezembro

de 98, “o Projeto Nordeste apresenta um dos melhores desempenhos entre os empréstimos do Banco Mundial - estando entre os três melhores do mundo”.

O relatório justifica a boa execução do Projeto Nordeste mencionando “a criação de uma estrutura específica para administrar o Projeto, a atual Direção Geral do Projeto Nordeste - DGPN, o maior grau de autonomia da representação do Banco Mundial no Brasil, e o fato inédito da vinda ao Brasil, para compor a Missão Residente, do gerente do Projeto, Mr. Robin Horn”.

O Tribunal de Contas da União também avaliou como positivas as alterações feitas ao acordo de empréstimo com o BIRD em 1995 que permitiram o remanejamento de recursos para os estados de melhor desempenho, a constituição das coordenações do Projeto nas secretarias estaduais de educação e a criação de instrumentos para o gerenciamento do Projeto Nordeste e das secretarias, como o Sistema de Planejamento e Acompanhamento (SPA) e o Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG), “o Projeto Nordeste representou um papel decisivo na informatização das secretarias de educação”.

Para o TCU, “o Projeto Nordeste tem procurado implantar um melhor padrão de qualidade para as obras (nas escolas) e, em alguma medida, tem conseguido”. Em relação à execução de obras, o mérito do Projeto foi impor uma maior exigência quanto às especificações técnicas e ter mantido uma equipe de supervisores independentes nos estados.

A avaliação do Tribunal de Contas, no entanto, faz críticas à concepção do Projeto Nordeste e sugere a correção desses problemas na elaboração do FUNDESCOLA. Segundo o TCU, “os objetivos definidos para o Projeto Nordeste – diminuir as taxas de repetência e evasão, melhorar o nível de aprendizagem dos alunos e aperfeiçoar a capacidade de gestão das secretarias estaduais de educação – são ambiciosos e imprecisos”, pois estão fora do seu alcance e não foram definidos instrumentos para mensuração.

Outra crítica é que as ações dos componentes do Projeto Nordeste são desarticuladas e dispersivas, e as estratégias um tanto utópicas. “O sucesso do Projeto Nordeste depende de uma boa articulação entre os estados e municípios, de uma efetiva integração na programação e execução das ações”, avalia a auditoria do TCU.

Dando prosseguimento às críticas, colocaremos, agora, as nossas reflexões. Quanto à informática na educação, percebemos que o FUNDESCOLA pretende usá-la como suporte à gestão, e num primeiro momento prescindirá do seu uso no “treinamento” de professores. Segundo o consultor para educação à distância, Michael Moore, falando a respeito da Internet: “Poderemos incorporar os novos meios no futuro, mas enquanto não existir uma *rede forte e disponível eles permanecerão pouco eficazes*”. Apesar da existência de tecnologias mais

modernas como a Internet, o consultor defendeu o uso exclusivo de textos e vídeos como instrumentos pedagógicos.

Vemos que para o Projeto Nordeste II, sucedido pelo FUNDESCOLA, a informática é vista como algo “neutro”, que comporta um conteúdo básico comum que “é independente de governos e governantes”, “ausente” dos desvios clientelísticos ocorridos no EDURURAL (Projeto Nordeste I).

Isso é questionável, pois “a tecnologia não é nem boa, nem ruim e também não é neutra” (Castells, 1999, p. 81). E ainda, como visto, é contraditória e está inserida numa realidade onde sofre as influências dos interesses dominantes.

Quanto ao caráter supostamente democrático, questionamos se os módulos, colocados rigidamente para o controle de recursos e pessoal, não impediriam uma flexibilização dos próprios instrumentos à medida que as políticas fossem se aprimorando no objetivo de alcançar uma maior qualidade educacional.

Quanto ao caráter legalista, a nova LDB estipula até o ano de 2007 para que todos os docentes tenham curso superior. Contudo, como já diz o próprio TCU: isso é irrealista. Considerando:

- Não haver como professores leigos terem formação de nível superior em dez anos (supondo oito anos para a conclusão do ensino fundamental; três anos para o ensino médio e mais quatro anos para o ensino superior, o que perfaz um total de, no mínimo, 15 anos, sem direito a uma reprovação);

- A dura jornada de trabalho que todos têm que percorrer, já que o PROFORMAÇÃO é um treinamento em serviço;

- As condições de pobreza dessa população que ganha, em alguns estados do Nordeste, a quantia irrisória de um salário mínimo, quando muito, por mês; e

- As outras atividades e afazeres do lar e da vida familiar a que esses docentes têm, como trabalhadores, direito.

Quanto à formação dos professores, o programa PROFORMAÇÃO apresenta uma concepção de educação à distância, a nosso ver, aligeirada, massificante e legalista. Os termos colocados pelo seu consultor Michel Moore de que não existe uma “rede forte e disponível” para as interações sociais entre os cursistas (o que daria um caráter menos “massificante”) são questionáveis, pois desde 1999 havia o PROINFO³ com os computadores dos seus NTE, Núcleo de Tecnologia Educacional nessas regiões: por que não somar esforços? Será que a possibilidade posta pela Internet de aumentar a comunicação gera insegurança institucional? Diminui o controle das informações? O uso privilegiado da TV e material impresso não acentuaria o isolamento e o caráter legalista (formar para atender a legislação)? Enfim: com que qualidade, se educar tem como pressuposto a convivência, pois o que é o conhecimento senão uma relação do sujeito como mundo mediatizado por alguém?

Para o prosseguimento desta pesquisa é mister ainda investigar a destinação e a relação custo-benefício dos recursos do próprio FUNDESCOLA: além do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, formado com 60% dos 25% dos recursos destinados à educação dos estados e municípios) e FNDE, tem-se o incremento dos recursos provenientes do Banco Mundial. Que resultados estão gerando? Os professores estão tendo uma melhora no seu desempenho em termos de qualidade e democratização do ensino? E na gestão? O que a informática está alterando? A nosso ver, a informática corre o risco de ser utilizada para administrar o ensino no sentido de uniformizar procedimentos e controlar o fluxo das informações para facilitar o gerenciamento do BIRD numa região que é geopoliticamente estratégica e de segurança nacional. Isso será, no mínimo, controle político e ideológico, acentuando os laços de subserviência ao capital financeiro internacional.

Referências

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. RJ: J. Zahar, 1985.
- CASTELLS, Manoel. *A Sociedade em Rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CLEVELAND, H. La troisième phase de l'Alliance. *Revue de l' Otan*, nº 6, dez. 1978, citado por Mattelart, Armand. *Comunicação-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- IANNI, Otávio. *Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed. 1995.
- KELLNER, Douglas. *Novas tecnologias: novas alfabetizações*. In: Moraes, Raquel de Almeida. *Mídia e Educação*. *Revista Conecta de Educação a Distância*, fev. 2002. www.revistaconecta.com.
- MORAES, Raquel de Almeida. *Informática na educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação e Questões da Atualidade*. SP: Cortez, Livros Tatu, 1992.
- MEC. *Boletins Técnicos do FUNDESCOLA*. Brasília, DF: MEC, 1997-1999.
- TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian; HADDAD, Sérgio (Orgs.): *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2. ed. São Paulo: PUC-SP e Cortez, 1998.

Notas

- 1 TOMMASI, Livia & WARDE, Mirian & HADDAD, Sérgio (organizadores): *o Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2. ed. SP: PUC-SP e Cortez, 1998.
- 2 MOORE, Michael. [www.projetonordeste.org.br/Boletim Técnico](http://www.projetonordeste.org.br/Boletim_Technico), v. 4, n. 29, jun. 1999.
- 3 O PROINFO é um programa do Ministério da Educação, localizado na Secretaria da Educação a Distância - SEED - com início em 1996, que propõe informatizar as escolas, a princípio com 100.000 microcomputadores, prioritariamente do ensino fundamental.

Recebidas: 1ª versão em 16.11.2000,
2ª versão em 04.03.2001
Aceita: 3ª versão em 15.10.2002